

Importância do programa nacional de alimentação escolar no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional

Importance of the national school feeding program in tackling food and nutritional insecurity

Ana Beatriz de Sousa Ferreira¹

Flávio Franklin Ferreira de Almeida^{1,2}

Thyago Araujo Gurjao³

Geovergue Rodrigues Medeiros⁴

Aline Carla de Medeiros⁵

Daniel Santiago Pereira⁶

Patricio Borges Maracaja⁷

Elzenir Pereira de Oliveira Almeida⁸

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um programa que proporciona uma alimentação mais saudável com mais qualidade para que seja distribuído nas escolas da rede pública, entretanto mesmo com esse programa, ainda nos deparamos com a insegurança alimentar, isto porque ocorre a falta de acesso aos alimentos para uma parte considerável da população. Assim sendo, foi observado que uma parte dessa população com insegurança, refletiu em alunos das escolas públicas que desenvolveram um estado nutricional de desnutrição, que por sua vez na maioria das vezes esses alunos só teria a refeição distribuída nas escolas. O referido trabalho é uma revisão bibliográfica narrativa, pois foi realizado um levantamento nas bases de dados da LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), SCIELO (Brasil Scientific Electronic Library Online), PUDMED (serviço da U. S. National Library of Medicine (NLM), durante o mes de setembro de 2022. Os criterios de inclusão utilizados foram publicações que abordaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na insegurança alimentar em língua portuguesa, acessível na integra on-line tendo sido publicada no período de 2018 a 2020. Como resultado destaca-se que a insegurança alimentar durante o período da pandemia aumentou significativamente, onde os trabalhadores tiveram dificuldades para acessar e contribuir com a alimentação de suas famílias. Conclui-se que o PNAE contribuiu com a melhorada alimentação dos alunos matriculados nas escolas públicas no Brasil.

Palavras Chaves: Alimentação, Insegurança, Escolas.

ABSTRACT: The National School Feeding Program (PNAE) is a program that provides healthier food with better quality to be distributed in public schools, however even with this program, we are still faced with food insecurity, because lack of access to food for a considerable part of the population. Therefore, it was observed that a part of this population with insecurity, reflected in public school students who developed a nutritional status of malnutrition, which in turn most of the time these students would only have the meal distributed in schools. This work is a narrative bibliographic review, as a survey was carried out in the databases of LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), SCIELO (Brazil Scientific Electronic Library Online), PUDMED (service of the U. S. National Library of Medicine (NLM), during the month of September 2022. The inclusion criteria used were publications that addressed the National School Feeding Program (PNAE) in food insecurity in Portuguese, accessible in full online, having been published from 2018 to 2020. As a result, it is noteworthy that food insecurity during the pandemic period increased significantly, where workers had difficulties accessing and contributing to their families' food. It is known that the PNAE contributed to the improved diet of students enrolled in public schools in Brazil..

Keywords: Food, Insecurity, Schools.

¹Graduada em Nutrição pela UNIFIP – Patos – PB. E- mail: byahsouaa8@gmail.com

²Prof.M.Sc.do Centro Universitário de Patos –UNIFIP e Faculdade Católica da Paraíba. E-mail: flavioalmeida@fiponline.edu.br2

³Mestrando PPGGSA –CCTA –UFPG –Pombal –PB. <https://orcid.org/0000-0002-2071-4321>E-mail: thyagogurjaovp@gmail.com; 7

⁴D. Sc. Pesquisador do Instituto Nacional do Semi-Árido , Brasil<https://orcid.org/0000-0001-6544-1518>E-mail: geovergue.medeiros@insa.gov.br8

⁵Pesq. D. Sc. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, Brasil. E-mail: daniel.pereira@embrapa.br;

⁶Prof.D. Sc. Colaborador na Pós-graduação do PPGGSA –CCTA-UFPG –Pombal –PB -<https://orcid.org/0000-0002-0161-3541>E-mail: alinecarla.edu@gmail.com9

⁷D. Sc. Pesquisador Bolsista de Programa de Capacitação Institucional DC do CNPq/INSA –Instituto Nacional do Semiárido –Campina Grande –PB E-mail: patricio.maracaja@insa.gov.br

⁸D. Sc. Ciências da Saúde, professor da Universidade Federal de Campina Grande e da UNIFIP de Patos – Paraíba E-mail: elzenirpereira@gmail.com

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar é a falta de disponibilidade ao acesso das pessoas aos alimentos decorrente muitas vezes a fatores de ordem socioeconômicos. Especificamente desde fevereiro de 2020, onde foi o período inicial da pandemia COVID-19, a insegurança alimentar teve uma prevalência mais evidente, pois na maioria das vezes, a insegurança alimentar de forma moderada ou grave, entre crianças e mulheres com baixa escolaridade e de cor auto referida negra (parda ou preta), (Schall, 2022).

Sendo assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem uma importância mais significativa na política pública, onde será atribuído o objetivo de fornecer uma alimentação mais saudável nas escolas da rede pública no Brasil, no qual teve como base o incentivo em agriculturas sustentáveis bem articuladas e com fornecimento da agricultura familiar pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Kroth,2020).

Baseado nessas questões pontuadas anteriormente, tem-se a Lei 11.947/2009 que pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atende todos os alunos que são matriculados nas escolas de redes públicas no Brasil, junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com 30% das suas verbas repassadas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, (FNDE,2015).

Diante disso, atualmente questiona-se, qual a relação da insegurança alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE)?

Portanto, com o pouco acesso de alimentos para a sociedade, foi observado que muitos alunos matriculados nas escolas de rede pública estavam em estado de desnutrição, sendo que muitos desses alunos eram de origem em famílias de baixa renda, pois muitos deles só teria a alimentação fornecida pela escola mediante o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Considerando as dificuldades de acesso a alimentação por parte de muitos alunos das escolas da rede pública, os nutricionistas que trabalham na área do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tiveram que modificar os cardápios que eram servidos durante as refeições, visto que a falta de uma alimentação saudável regular, gerou muitos casos de

desnutrição, fazendo necessário a adoção de uma alimentação mais equilibrada para tentar erradicar, ou pelo menos amenizar os impactos desse desequilíbrio na alimentação básica.

Justificasse essa temática da pesquisa por se tratar de um assunto relevante para a comunidade em geral, especificamente mais as crianças e adolescentes, pela necessidade e importância de uma alimentação saudável nas escolas mediante a ajuda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na questão da insegurança alimentar, onde analisa informações primordiais sobre a alimentação que será distribuída nas escolas de redes públicas.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar o papel do PNAE na questão da insegurança alimentar no período da pandemia, onde apresentou considerável déficit alimentar nos alunos matriculados nas escolas de redes públicas no Brasil.

MATÉRIAS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa que aborda sobre a importância da alimentação nas escolas e o papel do PNAE na questão da insegurança alimentar. A revisão bibliográfica é desenvolvida com base em matérias baseadas em livros, artigos, e a mesma possui caráter exploratório, sendo um método de pesquisa científica que busca sobre a resolução do problema da insegurança alimentar por meio de análise de trabalhos sobre o assunto (CARLINI; SENRA, 2021).

Para a confecção do referido trabalho, foi realizada uma busca de artigos científicos dos últimos 10 anos, juntos às bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), SCIELO (Brasil Scientific Electronic Library Online), PUDMED (serviço da U. S. National Library of Medicine (NLM)). O período analisado dos artigos se estende de 2018 à 2022 que foram escolhidos conforme as relevâncias no meio científicos.

Os critérios de inclusão foram aqueles que abordaram sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na insegurança alimentar; ser pesquisa de língua portuguesa, acessível na íntegra on-line, gratuita e terem sido publicada no período de 2018 a 2022. Os critérios de exclusão foram todos os artigos anteriores a de 2018, como também os repetidos.

Os estudos coletados foram avaliados de forma descritiva em um quadro de resultados. Foram analisados nas variáveis do quadro de resultados os seguintes dados: autor e ano; título do estudo; objetivos; metodologia. As coletas foram realizadas de acordo com os critérios de inclusão e exclusão descritos.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Foram escolhidos 08 artigos que obedeceram todos os critérios de inclusão e exclusão, conforme demonstrado no Quadro 1. Sendo assim, foram identificados um artigo do ano de 2017, um artigo de 2018, um artigo de 2019, dois artigos de 2020 e por fim, três artigos de 2022.

Quadro 1: Descritores dos estudos analisados quanto ao autor/ano, título, objetivo e resultados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
VALE NTIM <i>et al.</i> , 2017	Fatores associados à adesão à alimentação escolar por adolescentes de escolas públicas estaduais de Colombo, Paraná, Brasil.	Com o objetivo de testar os instrumentos e o melhor desempenho da coleta de informações, realizou-se um estudo piloto em uma escola que não fazia parte da amostra desta pesquisa.	Considerando os resultados da análise bivariada, não foi verificada associação significativa da adesão à alimentação escolar em relação à idade do adolescente. Associações estatisticamente significativas foram verificadas em relação ao sexo, à frequência do consumo de outros alimentos na escola, à percepção do estudante quanto à estrutura física do refeitório (limpeza, espaço, mesas e cadeiras suficientes) e a sua percepção quanto ao fato de a alimentação escolar ser saudável.

<p>SANT OSet al., 2018</p>	<p>Tendênci a e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: <i>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013</i></p>	<p>As variáveis independentes foram selecionadas a partir demodelo conceitual de determinação de a insegurança alimentar, sendo esse tambémutilizado para a elaboração dos modelos lineares generalizados múltiplos.</p>	<p>Destaca-se o fato de que os estratos que representam situações de vulnerabilidade social, econômica e demográfica apresentaram, predominantemente, menor variação relativa após uma década. Por outro lado, numa perspectiva de equidade, o declínio na prevalência de insegurança alimentar moderada e grave foi homogêneo entre domicílios cujo sexo da pessoa de referência era masculino (-55,1%) e feminino (-55%),</p>
<p>ARAÚJ O et al., 2019</p>	<p>Alimenta ção escolar e agricultura familiaranálise de recursos empregados na compra de alimentos</p>	<p>Esse estudo teve a verificação das adequações de recursos financeiros que foram utilizados para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, onde foi abordado nas capitais dos Estados brasileiros e no Distrito Federal.</p>	<p>O ano de 2015 apresentou a maior porcentagem de compra de agricultura familiar nos anos avaliados. Manaus (Amazonas) foi a única capital que teve crescimento constante da aquisição desses alimentos em todo o período estudado. No ano de 2016, as cidades de Boa Vistam e Maceió (Alagoas) utilizou todo o recurso fornecido pelo FNDE com</p>

			produtos da agricultura familiar.
OLTR AMARI <i>et al.</i> , 2020	Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR	. O plano de ação utilizado foi a entrega de kits alimentação, cuja composição atendeu às normas vigentes e especificações do Guia Alimentar para a População Brasileira, priorizando alimentos in natura e minimamente processados	Receberam os alimentos provenientes da agricultura familiar adquiridos pela PMC, conforme determinações do FNDE; montaram os kits e os entregaram nas unidades escolares, responsabilizando-se pela qualidade físico-química e sanitária dos alimentos, conforme legislação vigente e observando os cuidados para evitar o contágio da Covid-19 durante todo o processo
AMOR IM <i>et al.</i> , 2020	Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19.	Tem como o objetivo de analisar a contribuição do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar (ia), ao propor um conjunto de estratégias para que o PNAE possa garantir a alimentação dos escolares neste momento	Então mostra que após o retorno às aulas o surgimento das seguintes estratégias sobre alimentação na escola em que a política pública por meio de aplicações e valores que são repassados para os municípios são muito baixos além do atendimento nas escolas também no período de férias ou recesso das aulas, pois isso mantém o incentivo de que crianças e

		de crise.	adolescentes estudem.
LEITE E LEITE; 2022	(In) segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome.	O objetivo desse estudo e que tenham compreensão sobre o rebatimentos dos desinvestimentos das políticas publicas e também da pandemiano cotidianos de agricultura familiar.	É assinalar as dificuldades dos trabalhadores em acessar os serviços públicos, que produz, comercializa e garante e também a segurança alimentar de suas famílias.
SANTOS e TORRES, 2022	O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional do brasil.	O estudo mostra que ainda realizar uma breve reflexão sobre a importância das políticas publicas que é voltada a agricultura familiar	Independente do atingimento da meta mínima dos 30%, destaca-se que foi significativo o incremento no decorrer dos anos do percentual de compras nos três entes federados estudados. Se compararmos os dados de 2007 com os de 2011 o incremento foi de 17,12% no município, 27,76% no estado e de 15,16% em âmbito federal.
SCHALL et al., 2022	Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a	Foram realizada entrevista com mulheres da zona rural quilombolas por terem o seu território como a região da população com	Foram realizada uma entrevista que foram entrevistadas apenas 49 pessoas sendo que 22 se identificam como negras 18 de quilombolas uma

	fome na voz das mulheres.	baixa renda, que foi marcado pelo processo de vulnerabilidade com o projeto de empreendimento de expressão a pesquisa.	indígena e 8 brancas, com essa quantidade foram atribuídos que as mulheres podem sim ter voz durante a insegurança alimentar na pandemia de COVID-19.
--	---------------------------	--	---

Fonte: Autoria própria, 2022.

De acordo com o Quadro 1, os autores mostraram que a insegurança alimentar no Brasil ficou mais evidente durante a pandemia, pois as políticas públicas criaram uma relação com o cotidiano de agricultura familiar, no entanto o PNAE atendeu mais de 30 milhões de estudantes que estavam matriculados na educação básica de todo nosso país. Com a capacidade de promover melhores hábitos alimentares e incentivar o comércio e a produção local de alimentos, incluindo o programa como estratégia fundamental de segurança alimentar e nutricional (SAN).

É importante frisar por se tratar de uma faixa etária com características e comportamentos especiais, como adolescentes, em que grupos de opinião e aceitação orientam suas escolhas a merenda escolar pode não atender às suas necessidades e preferências alimentares. Esta hipótese parece ser confirmada ao verificar a prevalência de estudantes que consumia alimentos das escolas e os que não consumiam (comida competitiva) durante sua permanência na escola (Valentim, 2018).

Santos *et al.*, 2018. revela que a implantação da Estratégia Fome Zero representa o marco de referência desse processo de redução da insegurança alimentar moderada e grave observada no Brasil, a qual foi impulsionada, principalmente, pela valorização real do salário mínimo, redução do desemprego e efetivação do Programa Bolsa Família (PBF), que contribuíram para o aumento da renda familiar dos mais pobres, reduzindo os níveis de pobreza extrema no país e, conseqüentemente, viabilizando maior acesso aos alimentos. Além disso, o investimento na agricultura familiar promoveu benefícios financeiros e técnicos aos pequenos produtores de alimentos, principais responsáveis pelo abastecimento alimentar interno no Brasil.

Com a obtenção de alimentos da agricultura familiar proporciona acesso comercial para agricultores familiares, incentivos de renda, inclusão produtiva, corporativismo e associativismo no meio rural, além de fornecer alimentos frescos, saudáveis e baratos, os

intermediários não estão envolvidos na venda de alimentos. Apesar dos benefícios do acesso à agricultura familiar, pesquisas mostram que nesse período de 2011 a 2017, apenas um terço das capitais atingiu suas metas, demonstrando a necessidade de incentivar a agricultura familiar e controlar melhor o uso dos recursos (Araújo, 2019).

De acordo com OLTRAMARI *et al.*, 2020. A garantia de a segurança alimentar e nutricional constitui um grande desafio em tempos de pandemia, sobretudo com a desarticulação e enfraquecimento de órgãos importantes nesse contexto, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), recentemente extinto. Por outro lado, a crise gera mecanismos de adaptação adotados pelos cidadãos, os quais incluem mudanças alimentares.

Estudos de Amorim mostraram a preocupação com o público nesse momento pois durante a pandemia aponta que novas formas de execução foram apresentados como estratégia a continuidade de compras da agricultura familiar e a elaboração da chamada pública eletrônica. Porém, cabe ainda destacar que o incentivo a aquisição de alimentos da agricultura familiar com recurso do PNAE defende também na coordenação de ações governamentais que vão ajudar para superar as dificuldades enfrentadas pelo programa (Amorim, 2020).

A Corporação Nacional de Abastecimento (CONAB) também destacou a relevância dessas políticas, Indica a comercialização da produção da agricultura familiar por meio do desenvolvimento de instrumentos legais é um marco na política agrícola brasileira, cuja implementação demonstra a presença do estado na política agrícola comercialização da pequena produção familiar, passando segurança e incentivos à produção, em articular com outras ações para melhorar a qualidade de vida dos agricultores/agricultores e suas famílias e promover desenvolvimento sustentável em zonas rurais menos assistidas (Leite, 2022).

Santos e Torres (2022) ainda descrevem que o Brasil possui o dever de prover, proteger e promover os agricultores familiares e/ou suas organizações tornando-se atores com chave na implementação do processo de abastecimento dos produtos da alimentação escolar, fortalecendo a relação rural-urbana e auxiliando na articulação do consumo com a produção de alimentos mais sustentáveis. Além dessa vantagem, os custos de transporte podem ser reduzidos, a qualidade e a confiabilidade dos alimentos podem ser melhoradas e a aceitação de hábitos de consumo saudáveis pode ser aumentada.

No trabalho de Schallet *et al.* (2022) a maioria das entrevistadas (27 mulheres, 55,1%) relatou que o acesso aos alimentos foi prejudicado pela pandemia. A diminuição da renda e o aumento dos preços dos alimentos foram apontados como as principais causas desse problema. Entre as que responderam que não (18 mulheres, 36,73%), estão aquelas cuja renda

domiciliar não foi drasticamente impactada pela pandemia ou que só não “passaram necessidade” por estarem recebendo doações de alimentos, no entanto mulheres que tinham um salário apenas não poderiam receber auxílio.

CONCLUSÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuiu para que as crianças e adolescentes tivessem uma alimentação saudável durante o tempo que estavam estudando, sendo que com a ajuda de nutricionistas foram desenvolvidas uma alimentação com alimentos mais in natura com mais frequência.

Portanto com o consumo de alimentos com nutrientes mais saudáveis presentes na alimentação foram extraídos e recolhidos das plantações da agricultura familiar. Com isso, o propósito de ajudar as famílias de baixa renda, foi parcialmente atingido. Com isso no tempo da pandemia foi criado a lei 13. 987 que orientou que a alimentação fosse comprada com a verba que vinha para as escolas, e teria que ser distribuídas para os alunos matriculados, e por isso a insegurança alimentar tivera uma diminuída pela população brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM,A,L,B *et al.*, programa nacional de alimentação escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a covid-19. **Revista de administração pública**v,54.n,4. p,1134-1145, jul. - ago. 2020.

AGUETE, Rayana de Castro. O papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na segurança alimentar e nutricional durante a pandemia covid-19. 2022.

ARAÚJO,L,R,S; *et al.*, alimentação escolar e agricultura familiar análise de recursos empregados na compra de alimentos. **CAD. SAÚDE PÚBLICA** v.35, n.11, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal da República**. Brasília. 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação

básica; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>.2022/2020/lei/113987.htm. Acesso em: Maio de 2021.

BICALHO, Daniela; DE MENDONÇA LIMA, Tácio. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 15, p. 52076, 2020.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani; TORRES, Ricardo Lobato. O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Retratos de Assentamentos, v. 25, n. 1, p. 41-68, 2022.

FNDE- **FUNDO Nacional de Desenvolvimento da educação**. Dados da agricultura familiar. Disponível em. <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/%20pnae-%20consultas/pnae-dados-da-agricultura> familiar. Acesso em: 26 mar.%202021

LEITE,M,L,S; LEITE, J,F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome.**R. Katál. Florianópolis**, v.25, n. 3, p. 528-538, set.-dez. 2022

MENDES, Maurício Ferreira. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL RURAL COMO INSTRUMENTOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL. Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas-POLITI (K) CON, v. 1, n. 1, p. 84-96, 2021.

SANTOS,T,G;*et al.*, Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n.4, p. 4- 17, 2018.

SANTOS,T,T,B;TORRES,R,L. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fornecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a **Revista Coopex v. 14, n.01. 349 - 360p. 2023**

segurança alimentar e nutricional Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 25, n.1, p.1516-8182,2022.

SPERANDIO, Naiara; DE CASTRO MORAIS, Dayane. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

SCHALL,B ET AL. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n.11, p.4145-4154, 2022.

VALENTIM,E,A; ET, AL. Fatores associados à adesão à alimentação escolar por adolescentes de escolas públicas estaduais de Colombo, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v,33. n,10. : e00061016, oct. 2017. tab Artigo em Português | LILACS | ID: biblio-952318

KROTH,D,C *et al*: Programa Nacional de Alimentação Escolar:uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, V,25.N,10. P, 4065-4076, 2020

